

**TRIBUTAÇÃO E ECONOMIA DIGITAL (2017)**

**EMENTA DA DISCIPLINA**

---

**Objetivos da disciplina**

- (i) Verificar o modo pelo qual os modelos de negócios e relações econômicas viabilizados por novas tecnologias afetam a tributação.
- (ii) Analisar problemas de tributação internacional relacionados à transferência de tecnologia e alocação de ativos intangíveis dentro de grupos multinacionais.
- (iii) Identificar possíveis problemas concorrenciais gerados nos casos em que a tributação não é neutra em relação aos meios tecnológicos ou modelos de negócio utilizados e debater sobre possíveis problemas de política fiscal e oportunidades de planejamento.
- (iv) Traçar, por meio do debate de problemas concretos e soluções de casos, possíveis caminhos para resolver problemas tributários complexos gerados por negócios da economia digital.
- (v) Extrair, a partir dos debates e da solução dos casos, lições com potencial de generalização.
- (vi) Identificar temas relevantes para futuras pesquisas.

**Estratégia metodológica**

- (i) Cada aula terá como cerne discussões e debates sobre um grande tema atinente à economia digital e as suas possíveis repercussões tributárias.
- (ii) O professor disponibilizará material de leitura para orientar a preparação prévia dos alunos.
- (iii) Quando aplicável, o professor disponibilizará casos a serem lidos antecipadamente para que os alunos tragam propostas de debate e solução na aula.
- (iv) Os alunos são estimulados a ampliar a pesquisa para reunir mais informações sobre o tema da aula.
- (v) As discussões e os debates serão organizados pelo professor com base em breves “*reaction papers*” ou soluções dos casos, entregues previamente pelos alunos, conforme se detalha abaixo.

**Detalhamento tático**

- (i) Os alunos, em duplas, devem a cada semana (a partir da aula 2) elaborar previamente “*reaction papers*” sucintos sobre o tema da aula seguinte.
- (ii) Os “*reaction papers*” deverão levantar uma questão relevante sobre o tema da aula, com considerações críticas e proposições de discussão. Quando aplicável, o “*reaction paper*”

envolverá uma proposta de solução a caso concreto enviado com antecedência pelo professor.

- (iii) Os “*reaction papers*” deverão ser encaminhados via e-class para o professor no máximo até as 10:00h do domingo que precede a aula.
- (iv) A discussão em sala de aula será coordenada com vistas ao compartilhamento de experiências e a apresentação de respostas às questões previamente formuladas nos “*reaction papers*” ou posteriormente identificadas.
- (v) Durante as aulas, o professor também poderá apresentar considerações expositivas para dar subsídios às discussões.
- (vi) Ao final, o professor fará a síntese da discussão, destacando os pontos principais a serem assimilados pelos alunos e sugerindo pontos para aprofundamento de pesquisa.

## PROGRAMA DE AULAS

<b>1</b>	08/05/17	<b>Apresentação do curso: introdução aos desafios tributários da economia digital</b>
Temas detalhados	<ul style="list-style-type: none"> <li>Abrangência da economia digital</li> <li>Implicações tributárias</li> <li>Tributação da renda e <i>profit shifting</i></li> <li>IVA e a sua viabilidade na economia digital</li> <li>Moeda virtual</li> <li>BEPS Action 1 e possíveis alternativas tributárias</li> </ul>	
Leitura	<p>OECD (2015), Addressing the Tax Challenges of the Digital Economy, Action 1 - 2015 Final Report, OECD Publishing, Paris. DOI: <a href="http://dx.doi.org/10.1787/9789264241046-en">http://dx.doi.org/10.1787/9789264241046-en</a>. Capítulos 1, 2, 3 e 4</p> <p>CATÃO, Marcos André Vinhas, Novas tendências da tributação sobre o comércio eletrônico. In Heleno Taveira Torres, Direito Tributário Internacional Aplicado Vol. IV., pp. 302-324.</p>	

<b>2</b>	15/05/17	<b>Tributação da alocação internacional de intangíveis e preços de transferência</b>
Temas detalhados	<ul style="list-style-type: none"> <li>Royalties, preços de transferência e alocação de intangíveis por multinacionais</li> <li>Discussão internacional atual acerca de preços de transferência e intangíveis</li> <li>Solução brasileira: preços de transferência e limites de dedutibilidade</li> <li>Averbação de contratos de transferência de tecnologia no INPI</li> <li>Royalties e direitos autorais</li> <li>Exportação de tecnologia: preços de transferência e regras CFC</li> </ul>	
Leitura Obrigatória	<p>ACÓRDÃO 1201-001.463 da 2ª Câmara (1ª Turma Ordinária) do CARF (j. 09/08/2016).</p> <p>BIFANO, Elidie, Apuração de preços de transferência em intangíveis, contratos de prestação de serviços, intragrupo e cost sharing agreements, in Luis Eduardo Schoueir (coord.), Tributos e Preços de Transferência. São Paulo, Dialética, 2009, pp. 28-47.</p> <p>FRANCO, Karin Klemp. A regulação da contratação internacional de transferência de tecnologia: perspectiva do direito de propriedade industrial, das normas cambiais e tributárias do direito concorrencial. 2010. Tese (Doutorado em Direito Comercial) -</p>	

	<p>Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/T.2.2010.tde-11112011-100327. Acesso em: 2017-05-08, pp. 102-126.</p> <p>ILLARAZ, Marcelo, Drawing upon an Alternative Model for the Brazilian Transfer Pricing Experience: The OECD's Arm's Length Standard, Pre-fixed Profit Margins or a Third Way?, BTR nº 2 (2014).</p> <p>LEONARDOS, Gabriel Francisco. Tributação da Transferência de Tecnologia. Rio de Janeiro: Forense, 1997.</p>
Leitura de apoio	<p>BARBOSA, Denis Borges, Valores de contratos sujeitos ao INPI: remissibilidade e dedutibilidade, in <a href="http://www.denisbarbosa.addr.com/arquivos/200/propriedade/remissibilidade.pdf">http://www.denisbarbosa.addr.com/arquivos/200/propriedade/remissibilidade.pdf</a></p> <p>BRAUNER, O valor segundo o expectador: a avaliação de intangíveis para fins de preços de transferência. in Luis Eduardo Schoueir (coord.), Tributos e Preços de Transferência. São Paulo, Dialética, 2009, pp. 267-303.</p> <p>OECD (2015), Aligning Transfer Pricing Outcomes with Value Creation, Actions 8-10 - 2015 Final Reports, OECD Publishing, Paris. DOI: <a href="http://dx.doi.org/10.1787/9789264241244-en">http://dx.doi.org/10.1787/9789264241244-en</a>, pp. 63-115.</p> <p>POLIZELLI, Victor, Tratamento dos serviços na legislação brasileira de preços de transferência.</p> <p>VIEGAS, Juliana L. B., Contratos típicos de propriedade industrial: contratos de cessão e de licenciamento de marcas e patentes; licenças compulsórias, in Contratos de propriedade industrial e novas tecnologias, Manoel J. Pereira dos Santos; Wilson Pinheiro Jabur (Orgs.), São Paulo, Saraiva, 2007 (Série GVlaw), pp. 57-140 (74-130).</p>

<b>3</b>	<b>22/05/17</b>	<b>Remessas de tecnologia, sua tributação e os acordos de bitributação</b>
Temas detalhados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tributação na fonte: IRRF</li> <li>• Remessas a paraísos fiscais</li> <li>• Acordos de bitributação</li> <li>• CIDE</li> <li>• PIS e COFINS</li> <li>• ISS</li> <li>• Condecine</li> </ul>	
Leitura Obrigatória	<p>AVI-YONAH, R. S., <i>Double Tax Treaties: An Introduction</i>, disponível em: <a href="http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1048441">http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1048441</a></p> <p>Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Articles of the OECD Model Tax Convention on Income and Capital. Disponível em: <a href="http://www.oecd.org/ctp/taxtreaties/47213736.pdf">http://www.oecd.org/ctp/taxtreaties/47213736.pdf</a></p> <p>PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL. GFN. Parecer PGFN/CAT nº 2.000/2013. Disponível em: <a href="http://dados.pgfn.fazenda.gov.br/dataset/pareceres/resource/20002013">http://dados.pgfn.fazenda.gov.br/dataset/pareceres/resource/20002013</a></p> <p>STJ, REsp 1161467 / RS, Rel. Min. Castro Meira, julg. em 17/05/2012, DJe 01/06/2012.</p> <p>VENTURA, Gustavo Henrique Vasconcelos, A CIDE Royalties e sua relação com os tratados internacionais, . In Heleno Taveira Torres, Direito Tributário Internacional Aplicado Vol. III, pp. 701-720.</p> <p>HADDAD, GUSTAVO LIAN; VIDIGAL, CAROLINA SANTOS. Importação de Serviços: Aspectos tributários. In: Tributação Internacional (Série GVLaw). Eurico Marcos Diniz de Santi, Fernando Aurelio Zilveti e Roberto Quiroga Mosquera (orgs.). São Paulo: FGV/Saraiva, 2007, p. 245-268.</p>	
Leitura de apoio	<p>SCHOUERI, Contribuição à história dos acordos de bitributação: a experiência brasileira. RDTA 22, São Paulo, Dialética, 2008, pp. 267-287.</p> <p>VIEGAS, Juliana L. B., Contratos de fornecimento de tecnologia e de prestação de serviços de assistência técnica e serviços técnicos, in Contratos de propriedade industrial e novas</p>	

	tecnologias, Manoel J. Pereira dos Santos; Wilson Pinheiro Jabur (Orgs.), São Paulo, Saraiva, 2007 (Série GVlaw), pp. 145-196.
--	--

<b>4</b>	<b>29/05/17</b>	<b>E-commerce e suas consequências tributárias. Software introdução aos seus aspectos tributários.</b>
Temas detalhados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Consequências nacionais e internacionais do e-commerce</li> <li>• E-commerce e ICMS</li> <li>• Software: evolução da jurisprudência e dos modelos de negócio <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Meio físico como aspecto relevante</li> <li>○ Customização como aspecto relevante</li> <li>○ Modelo de licença como aspecto relevante</li> </ul> </li> </ul>	
Leitura Obrigatória	<p>BARTHEM NETO, Hélio, Novos desafios da tributação do software no brasil sob as perspectivas do ICMS e do ISS – do <i>corpus mechanicum</i> ao <i>cloud computing</i>, pp.59-103.</p> <p>MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito, MACHADO, Raquel Cavalcanti Ramos, O ISS e os serviços de informática no âmbito da Lei Complementar nº 1116/2003. In. Valdir de Oliveira Rocha (coord.), O ISS e a LC116. São Paulo, Dialética, 2003, pp. 140-164.</p> <p>OECD (2015), Addressing the Tax Challenges of the Digital Economy, Action 1 - 2015 Final Report, OECD Publishing, Paris. DOI: <a href="http://dx.doi.org/10.1787/9789264241046-en">http://dx.doi.org/10.1787/9789264241046-en</a>. Capítulo 5 (pp. 77-82); 6 (pp. 85-93) e 7 (pp. 97-116).</p> <p>STF. ADI 4.628/DF. Rel Min., Luiz Fux, julg. em 17/09/2014 (comércio eletrônico).</p> <p>VER LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA INDICADAS NO E-CLASS</p>	
Leitura de apoio	<p>BARTHEM NETO, Hélio, Novos desafios da tributação do software no brasil sob as perspectivas do ICMS e do ISS – do <i>corpus mechanicum</i> ao <i>cloud computing</i>, pp. 13-58.</p> <p>BRAUNER, Yariiv, BAEZ Andrés, Withholding taxes in the service of BEPS Action 1: address the tax challenges of the digital economy. IBFD, 2015.</p>	

<b>5</b>	<b>05/06/17</b>	<b>Software e sua tributação.</b>
Temas detalhados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ISS, ICMS, PIS, COFINS, IRRF e CIDE. Imposto de importação e IPI</li> <li>• Software e firmware</li> <li>• Mercadorias e investimentos como serviços: XaaS (SaaS, PaaS, IaaS, CaaS etc.) e o fenômeno da nuvem</li> </ul>	
Leitura Obrigatória	<p>BARTHEM NETO, Hélio, Novos desafios da tributação do software no brasil sob as perspectivas do ICMS e do ISS – do <i>corpus mechanicum</i> ao <i>cloud computing</i>, pp. 118-152.</p> <p>VER LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA INDICADAS NO E-CLASS</p>	
Leitura de apoio	<p>ASSUNÇÃO, Matheus Carneiro. O ICMS nas transferências eletrônicas de software. In: Rev. Jur., Brasília, v. 11, n. 93, p.01-35, Fev./Maio 2009. Disponível em: <a href="https://www4.planalto.gov.br/revistajuridica/vol-1-n-1-fev-maio-2009/menu-vertical/artigos/artigos.2009-05-27.1162732324">https://www4.planalto.gov.br/revistajuridica/vol-1-n-1-fev-maio-2009/menu-vertical/artigos/artigos.2009-05-27.1162732324</a></p>	

<b>6</b>	<b>12/06/17</b>	<b>Bens digitais, serviços “na nuvem” e publicidade online</b>
Temas detalhados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comércio eletrônico de bens materiais</li> <li>• Bens digitais</li> <li>• Novos modelos de uso de bens tangíveis e intangíveis e suas consequências tributárias.</li> <li>• Netflix, Spotify, iTunes Store e outros</li> <li>• Adnetworks</li> </ul>	
Leitura Obrigatória	<p>BEPS. Action 1, Chapter 5 – Identifying opportunities for BEPS in the digital economy – item 5.3. Opportunities for BEPS with respect to VAT. pp. 82-84.</p>	

	<p>BEPS. Action 1, Chapter 6 – Tackling BEPS in digital economy – Item 6.3. Addressing BEPS issues in the area of consumption taxes. pp. 93-95</p> <p>BEPS. Action 1, Chapter 8 – Broader indirect tax challenges raised by the digital economy and the options to address them. pp. 119-129.</p> <p>STF – REEx 651.703 PR – Rel. Min. Luiz Fux (j. 29/09/2016) (ver aspectos relevantes quanto à caracterização do fato gerador do ISS)</p> <p>VER LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA INDICADAS NO E-CLASS</p>
Leitura de apoio	<p>MOREIRA, Andre Mendes, A tributação dos provedores de acesso à internet: não incidência de ICMS ou de ISSQN.</p> <p>BEPS. Action 1, Annex C- The collection of VAT/GST on imports of low value goods. pp. 181-219.</p> <p>BEPS. Action 1, Annex C- OECD international VAT/GST guidelines; Chapter 3. Determining the place of taxation for cross-border supplies of services and intangibles. pp. 221-259</p>

<b>7</b>	<b>19/06/17</b>	<b>Economia compartilhada e novos negócios. Moeda digital e seus impactos tributários</b>
Temas detalhados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Uber, airbnb e outros</li> <li>• Fintechs</li> <li>• Verdadeiro compartilhamento?</li> <li>• Crowdfunding</li> <li>• Futuro dos negócios na economia digital e sua tributação</li> <li>• Moeda digital: paraíso fiscal?</li> <li>• Operações com moeda digital e suas consequências tributárias</li> </ul>	
Leitura Obrigatória	<p>MORAIS, Carlos Yury Araujo de, BRANDÃO NETO, João Batista, Tributação das operações com criptomoedas.</p> <p>MENDES, Leilani Dian, Qualificação jurídica das plataformas de crowdfunding no Brasil: um estudo de caso da plataforma online da Broota Brasil., pp. 31-55.</p> <p>BAL, Aleksandra, Should virtual currency be subject to income tax?</p>	
Leitura de apoio	<p>OEI, Shu-Yi; RING, Diane M., Can sharing be taxed?, 93 Washington University Law Review.</p> <p>MARIAN, Omri, Are cryptocurrencies super tax havens?</p> <p>EVANS, David S., Economic aspects of bitcoin and other decentralized public-ledger currency platforms.</p>	

<b>8</b>	<b>26/06/17</b>	<b>Planejamento tributário nacional e internacional e negócios de tecnologia</b>
Temas detalhados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estruturação de empresas com intangíveis e operações societárias.</li> <li>• Empresas para administração de direitos de imagem e correlatos.</li> <li>• Tributação de atividades exercidas no exterior por empresas brasileiras.</li> <li>• Utilização de IP <i>holding companies</i>.</li> <li>• Revisitando a vantagem do pagamento de royalties.</li> </ul>	
Leitura Obrigatória	<p>AVI-YONAH, Reuve, Apple state aid ruling: a wrong way to enforce the benefits principle?, artigo no prelo.</p> <p>VETTORI, Planejamento tributário, texto não publicado que será enviado aos alunos.</p>	

**Composição da avaliação**

A avaliação levará em conta a qualidade dos “*reaction papers*” e o desempenho em sua discussão em sala de aula.

**PROFESSOR**

---

**Gustavo Gonçalves Vettori**

Doutor em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela Faculdade de Direito da USP; Mestre em Direito (LL.M.) pela University of Michigan Law School (EUA); Professor do Mestrado Profissional da DIREITO GV e de Programa de Pós Graduação Lato Sensu; Professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP); Professor da FIPECAFI; Advogado em São Paulo e Sócio do escritório Vettori, Rubinstein & Foz Advogados.

[gustavo.vettori@fgv.br](mailto:gustavo.vettori@fgv.br)

[vettori@vrflaw.com.br](mailto:vettori@vrflaw.com.br)

(11) 3826-6911